

JORNALISMO NEGRO E PRÁTICAS DE ESCRIVIVÊNCIA NO ALMA PRETA JORNALISMO SOB A PERSPECTIVA ANALÍTICA DE FRONTEIRAS

BLACK JOURNALISM AND PRACTICES OF ESCRIVIVÊNCIA IN ALMA PRETA JORNALISMO UNDER THE ANALYTICAL PERSPECTIVE OF BOUNDARIES

Marina Lopes de Souza

Universidade Federal de Juiz de Fora

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9732-1610>

Telma Sueli Pinto Johnson

Universidade Federal de Juiz de Fora

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7561-9794>

DOI: 10.9771/contemporanea.v23i1.68893

RESUMO:

O artigo analisa práticas narrativas emergentes no jornalismo digital alternativo tendo como objeto o website da agência Alma Preta Jornalismo (APJ) - criada em 2015 para a cobertura de temáticas étnico-raciais e pautas antirracistas. O estudo se ancora no potencial teórico-conceitual de fronteiras para o campo de estudos do jornalismo com o propósito de compreender como, e até que ponto, o jornalismo da APJ desafia normas jornalísticas tradicionais no mundo ocidental. Após análise exploratória, a partir do método indiciário, um *corpus* de 79 artigos publicados pela editoria O Quilombo da APJ, no período de 1º de maio de 2023 a 30 de junho de 2024, foi examinado com base em análise de conteúdo e análise pragmática da narrativa. Observou-se que O Quilombo, ao valorizar a escrevivência jornalística como forma de aquilombamento digital, configura-se como objeto de fronteira no ecossistema midiático contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo negro, jornalismo independente, objeto de fronteira, escrevivência, Alma Preta Jornalismo.

ABSTRACT:

This article analyzes emerging narrative practices in alternative digital journalism, focusing on the website of the Alma Preta Jornalismo (APJ) agency - created in 2015 to cover ethnic-racial and anti-racist issues. The study is anchored in the theoretical and conceptual potential of boundaries for the field of journalism studies, aiming to understand how and to what extent APJs journalism challenges traditional journalistic norms in the Western world. Based on an exploratory analysis using the evidentiary method, a corpus of 79 articles published by APJs O Quilombo editorial office from May 1, 2023, to June 30, 2024, was examined using content analysis and pragmatic narrative analysis. The results indicate that O Quilombo, by valuing journalistic *escrevivência* as a form of digital *aquilombamento*, constitutes a boundary object in the contemporary media ecosystem.

KEYWORDS: Black journalism, independent journalism, boundary object, *escrevivência*, Alma Preta Jornalismo.

INTRODUÇÃO

Este artigo explora e examina novas práticas epistêmicas no ecossistema jornalístico digital brasileiro, a partir da perspectiva teórico-conceitual de fronteiras (Carlson; Lewis, 2015; Carlson, 2019). Parte-se do pressuposto que, embora o jornalismo seja tanto uma prática institucionalizada como uma forma de conhecimento do mundo (Meditich, 2012), os elementos que o constituem não são naturais e nem imutáveis. São, em grande medida, construções simbólicas atravessadas por relações de poder (Bourdieu, 2021; Foucault, 2014; Goffman, 2002) em contextos sócio-históricos e situacionais específicos.

A escolha da agência *Alma Preta Jornalismo* (APJ), como objeto empírico, ancorou-se no tripé que: 1) é um veículo de comunicação nativamente digital, com uma década de história em 2025, dedicado à cobertura de temáticas étnico-raciais e pautas antirracistas; 2) é membro da Associação de Jornalismo Digital (Ajo), cuja missão é promover a prática de jornalismo de interesse público, diverso e plural; e 3) não tem fins lucrativos, mantendo seu website inteiramente aberto ao acesso gratuito ilimitado. Após análises exploratórias no site da APJ - envolvendo políticas e estratégias editoriais, processos e dinâmicas de produção e circulação de conteúdos - identificamos fortes marcas de *hard news* (Harcup, 2020) em conteúdo e divisões editoriais.

No percurso, seguimos indícios (Braga, 2008) que nos levaram a identificar a editoria O Quilombo como potencial analítico sobre construções narrativas emergentes no jornalismo

digital, em especial práticas de escrevivência - neologismo que atravessa a obra literária da escritora brasileira Conceição Evaristo - e subjetividades quanto à população negra. A coleta de dados, entre 1º de maio de 2023 e 30 de junho de 2024, resultou no *corpus* de 79 publicações, 41 produções de mulheres e 38 de homens. O recorte temporal se deve a dois fatores: 1) ser um período pós-governo Bolsonaro (2019-2022) e início do 3º mandato do presidente Lula, tendo como pano de fundo o acirramento na polarização política no país; e 2) abarcar datas relevantes para a comunidade negra como o 13 de maio (Dia da Abolição da Escravatura no Brasil) e o 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra).

O artigo se desenvolve em quatro partes. Inicia-se com uma contextualização sobre a metáfora de fronteiras e o potencial da perspectiva de trabalho de fronteira articulada com a noção política de escrevivência para os estudos do jornalismo independente. Em seguida, nos percursos metodológicos, apresentamos os resultados das fases de análise de conteúdo (Bardin, 2011) e da análise pragmática da narrativa (Mota, 2013). Ao final, concluímos que, como mídia noticiosa independente, a APJ está no limiar do trabalho de fronteira pelo seu propósito editorial, e sua editoria O Quilombo constitui-se como um objeto de fronteira no jornalismo.

DE QUAIS FRONTEIRAS ESTAMOS FALANDO?

A metáfora das fronteiras atravessa diversos campos do conhecimento, cada qual com sua perspectiva específica. Para as finalidades deste artigo, partimos de duas abordagens proeminentes dos *Science and Technology Studies* (STS) surgidas nos anos 1980, com desenvolvimentos teóricos e novas contribuições nas últimas décadas, que, mais recentemente, entraram nas agendas de pesquisas sobre epistemologias da Comunicação. No campo do jornalismo digital, este trabalho tenta articular perspectivas entre trabalho de fronteira e objeto de fronteira para identificar como, e até que ponto, o jornalismo independente da APJ se situa como no campo das fronteiras.

Em linhas gerais, a primeira abordagem é o conceito de trabalho de fronteira (*boundary work*), nos moldes formulados por Gieryn (1983), para demarcar o que é ciência de não ciência. Gieryn construiu uma matriz com três diferentes facetas de trabalho de fronteira - expansão, expulsão e proteção de autonomia - que se tornou uma ferramenta conceitual padrão para a análise de grupos científicos e suas rivalidades. Outra abordagem é o conceito de objeto de fronteira (*boundary object*), desenvolvida por Star e Griesemer

(1989). Eles encontraram evidências que, apesar de todas as diferenças de grupos quanto a valores, crenças e habilidades, ainda assim é possível, na ciência, encontrar consenso.

Embora os dois conceitos tenham lançado as bases para a construção de um edifício teórico sobre fronteiras sociais e simbólicas, Riesch (2010) argumenta que, por ilustrarem diferentes aspectos, há disputas quanto a uma combinação teórica e conceitual completa de demarcadores de fronteiras. Para o autor, é surpreendente que esses dois usos diferentes da metáfora da fronteira possam coexistir tão facilmente nos estudos de ciência e tecnologia. “[Isso] mostra a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre como eles se interconectam ou, então, uma reavaliação da utilidade geral da metáfora da fronteira” (Riesch, 2010, p. 457).

Ao partirmos do pressuposto que o jornalismo é uma forma de conhecimento do mundo (Meditich, 2012), adotamos a perspectiva de trabalho de fronteira como ferramenta conceitual e analítica para a definição dos objetivos e objeto desta pesquisa. A literatura sobre estudos de jornalismo digital nos permite reconsiderar concepções e práticas tradicionais, bem como reconhecer mudanças e práticas emergentes em construções narrativas jornalísticas. Como observa Carlson (2019, p. 5): “À medida que o jornalismo experimenta áreas de crescimento e retração, inovação e controvérsia, o trabalho sobre fronteiras continuará a fornecer uma forma de aprofundar os processos que moldam a mudança”.

Neste trabalho, nos concentramos numa das facetas específicas do trabalho de fronteira, a “expansão”, apontada originariamente na matriz conceitual de Gieryn (1983). Em estudos da área, Carlson e Lewis (2015) trataram sobre as fronteiras do jornalismo e novas formas de produção em mídias noticiosas, refletindo, à época, sobre novas formas de participação de pessoas comuns. Assim, nossa contribuição nesta pesquisa busca articular a perspectiva de fronteiras com a desconstrução de certos antagonismos como objetividade *versus* subjetividade (Johnson; Avelar, 2023; Moraes, 2023), colocando em diálogo a noção política de escrevivência como possibilidade teórico-metodológica para pesquisas sobre o jornalismo independente.

O termo escrevivência é um neologismo criado pela escritora brasileira Conceição Evaristo, a partir da prática literária de escrever suas experiências de vida enquanto mulher negra com um olhar afrocentrado que honra a coletividade. Evaristo (2009) explica que, quando escreve, é impossível se desvencilhar de suas vivências de um “corpo-mulher-negra”. Evaristo (2005) afirma que as mulheres negras são invisibilizadas pela literatura e, quando

retratadas, surgem de maneiras ficcionalizadas a partir de estereótipos. Segundo a autora, assim, no momento em que mulheres negras tomam posse da escrita, buscam se colocar de forma autorrepresentativa. “A escre(vivência) das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra” (Evaristo, 2005, p. 205).

É importante notar que a escrevivência foi e é praticada por diversos autores para além de Evaristo. Um exemplo marcante na literatura brasileira é a de Carolina Maria de Jesus, no livro “*Quarto de despejo*”. A obra é um relato diário da vida de uma moradora de favela, trazendo as mazelas vividas por ela e sua família. Quando Carolina de Jesus descreve a fome e a luta diária por sobrevivência, nos mostra que as narrações de escrevivência falam “não só de si mesmas, mas representam a denúncia da realidade das condições de vida do povo negro e das mulheres negras no Brasil pós-abolição” (Paim, 2023, p. 26).

Embora Evaristo afirme que a escrevivência é praticada exclusivamente por mulheres, há um tensionamento sobre o conceito trazido por outros autores, que entendem ser possível identificações de marcas de escrevivências em práticas literárias feitas por homens. Apesar da escassa produção acadêmica nos estudos do jornalismo envolvendo a temática da escrevivência, Tavares e Porfírio (2021) aplicam o conceito correlacionando às vivências de um homem LGBTQIA+, que, além de pensar em si, também pensa na coletividade de um grupo marginalizado socialmente. No estudo, os autores refletem sobre a neutralidade como uma tradição presente nas narrativas jornalísticas do Ocidente e reivindicam a escrevivência como “uma potência metodológica da escrita”, fazendo com que o jornalista se posicione, “assim responsabiliza-se moral e socialmente (Tavares; Porfírio, 2021, p. 24).

A escrevivência demanda uma escrita que não quer ser vista como neutra, mas com posicionamentos políticos demarcados. Tavares e Porfírio (2021) citam que, a partir do momento em que Evaristo cria o termo, ela fala de si e para os seus. Como afirma Conceição Evaristo (2007, p. 21): “A escrevivência não pode ser lida como histórias para ninar os da casa grande, mas sim para incomodá-los em seus sonos injustos”. Ao compreenderem que a escrevivência se dá a partir dos sujeitos e suas histórias de vida e que Evaristo propõe também pensar o corpo enquanto texto, como uma forma de se colocar no mundo, Tavares e Porfírio (2021, p. 33) argumentam que “mais que evocar um lugar de fala (que está para além da reivindicação individual de onde se vive), é evocada a fala como lugar”.

O conceito de escrevivência é formulado por Paim (2023, p. 26) como formas de “resistência, (re)existências, laços/redes de solidariedade, espaços de sociabilidades do povo negro nos becos das favelas”. Assim, essas escritas literárias que contribuem para a consciência da diáspora da população negra, afirmação de identidades, memória e denúncia social, no jornalismo negro, teriam efeito multiplicador.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Na etapa empírica pós-exploratória no website da agência APJ, realizamos três movimentos de pesquisa. No primeiro, houve a coleta de dados das publicações da editoria O Quilombo, entre 1º de maio de 2023 e 30 de junho de 2024, na própria ferramenta de buscas do site. O *corpus* analítico final foi constituído por 79 textos, após o descarte de três unidades identificadas como não sendo conteúdo original da editoria, mas reproduções da seção “Negrx”, do jornal argentino *Pagina/12*, que tem uma parceria com a APJ.

No segundo movimento, ao buscarmos identificar textos produzidos por mulheres e homens, para categorizá-los por temáticas narrativas nas perspectivas articuladas entre trabalho de fronteira e escrevivência, encontramos os primeiros achados. Entre os 79 textos do *corpus*, 41 foram publicados por mulheres - sendo que 21 foram escritos por diferentes mulheres, com 18 textos (43,9%) produzidos por Regina Lúcia dos Santos, geógrafa, ativista e coordenadora do Movimento Negro Unificado (MNU) em São Paulo. Em relação aos 38 textos de homens, notamos uma concentração de 26 publicados pelo jornalista e ativista social Felipe Ruffino (68,4% do total).

Nessa etapa, a partir de análise de conteúdo de Bardin (2011), criamos indicadores qualiquantitativos que nos permitisse proceder, adiante, para a análise pragmática da narrativa (Motta, 2013). Os resultados da análise de conteúdo apontaram, com base nos textos escritos por mulheres, para os seguintes eixos temáticos, em ordem de frequência: Política (48,78%), Segurança Pública (24,39%), Letramento racial (14,63%), Cultura (9,76%) e LGBTQIA+ (2,44%). Em relação aos textos escritos por homens, percebe-se uma evidente diferença na frequência dos eixos temáticos: Letramento Racial (47,37%), Cultura (21%), Política (18,42%), Segurança Pública (7,89%) e LGBTQIA+ (5,26%).

Em seguida, apresentamos o terceiro movimento de pesquisa baseado em análises qualitativas do *corpus* de 79 textos da pesquisa.

ANÁLISE QUALITATIVA E INTERPRETAÇÕES

Nesta etapa, destacamos trechos que, a partir das análises de conteúdo e da narrativa pragmática, evidenciam elementos de escrevivência nos artigos escritos por comunicadoras negras. Tomamos, hipoteticamente, o conceito de escrevivência enquanto prática feita por mulheres negras. O Quadro 1 apresenta somente os artigos das mulheres que utilizamos para exemplificação do *corpus* total de análise.

Quadro 1: Artigos escritos por mulheres no *Alma Preta Jornalismo* – 2023/2024

Número	Data	Título	Autoras
1	22/06/2024	Como o aborto ilegal criminaliza crianças negras, maiores vítimas de estupro	Barbara Martins Alves dos Santos e Izabella de Menezes Passos Barbosa
2	10/06/2024	Um inédito e pequeno passo para a decolonização de Belo Horizonte	Etiene Martins
3	09/06/2024	Jovens negras e mercado de trabalho: uma análise sobre os desafios do cenário atual	Fernanda Nascimento
4	08/06/2024	Crise climática potencializa racismo ambiental	Andréia de Jesus
5	29/04/2024	Pelo fim do braço armado de manutenção do racismo	Regina Lúcia dos Santos
6	27/04/2024	O Brasil precisa garantir direitos humanos para pessoas negras, afrodescendentes e indígenas	Andréia de Jesus
7	14/02/2024	Carnaval 2024 deixa como legado educação e resistência negra	Regina Lúcia dos Santos
8	29/01/2024	Visibilidade Trans e o direito fundamental: ser quem se é	Neon Cunha
9	04/01/2024	A solidão atrás do olhar de mulheres negras	Regina Lúcia dos Santos
10	26/12/2023	A sobrecarga invisível: mulheres resolutivas e a carga desproporcional de tarefas	Livia Teodoro

Número	Data	Título	Autoras
11	18/12/2023	Masculinidades negras: rompendo estereótipos e enfrentando desafios	Livia Teodoro
12	19/10/2023	Palestina mostra que não se pode confundir a reação do oprimido com violência do opressor	Regina Lúcia dos Santos
13	22/06/2023	Cortar um baobá é desrespeitar a natureza ancestral	Regina Lúcia dos Santos
14	20/06/2023	Movimento Negro Unificado: 45 anos não são 45 dias	Regina Lúcia dos Santos
15	31/05/2023	É urgente proteger as mulheres negras da violência de homens brancos e negros	Regina Lúcia dos Santos

Fonte: Elaboração própria.

Durante a leitura dos artigos, encontramos elementos sugestivos que nos levaram a dividir os textos em subcategorias, são elas: chamamento para aquilombar-se, dororidade e consciência afrodiaspórica. Esses elementos serão abordados ao longo da análise.

Em um primeiro momento, percebemos que os artigos utilizam somente fontes primárias ou nenhuma fonte. Quando fontes são utilizadas, são sempre com o intuito de contextualizar o assunto a ser abordado ou de dar embasamento aos dados. Como exemplo dessas fontes, temos o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Supremo Tribunal Federal e o Núcleo de Justiça Racial e Direito (FGV Direito - SP).

Artigo 1: Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2022 foram registrados 74.930 casos de estupro. A maioria das vítimas (61,4%) de tais casos tinha até 13 anos. O estudo indica ainda que as crianças e adolescentes negros são as principais vítimas da maior parte dos estupros, representando 60% do total.

[...] Portaria nº 2.561/2020 do Ministério da Saúde exige a notificação dos estupros às autoridades policiais e a preservação de material para fins periciais, além de exigir que a vítima deve ser informada sobre a possibilidade de visualizar o feto por meio de ultrassonografia antes de decidir pelo aborto, o que pode ser uma forma de revitimização.

Ainda, em maio de 2024, o Supremo Tribunal Federal concedeu decisão liminar para suspensão de resolução recente do Conselho Federal de Medicina (CFM) que buscava proibir

a utilização de uma técnica clínica para a interrupção de gestações acima de 22 semanas decorrentes de estupro.

O trecho citado aborda a criminalização do aborto de forma a trazer uma reflexão sobre saúde pública. As fontes primárias foram utilizadas para embasar que as principais vítimas de estupros são as crianças e adolescentes negras. E são estas que morrem ao fazerem abortos ilegais.

Partimos da inferência de que a representatividade negra é um ponto importante a ser levado em conta, pois o emissor pode se valer de suas vivências, bem como de um olhar que honra a coletividade, ao escrever sobre assuntos inerentes a este grupo tão marginalizado pela mídia hegemônica. Retomamos então à metodologia da análise pragmática da narrativa de Motta (2013), entendendo que tais vivências passam por um grau primário ou mais complexo de percepção dos seus contextos. Assim, as emissoras, quando recorreram às suas individualidades enquanto mulheres negras, poderiam estar fazendo escrevivência. Importante ressaltar que o fato de o texto ser ou não colocado em primeira pessoa não é uma característica obrigatória para que a prática literária seja considerada legítima. Abaixo, alguns exemplos que ilustram isso sobre as pessoas do discurso (primeira ou terceira):

Artigo 2: Nesse processo de idealização e construção das estátuas fiquei pensando no quanto somos treinados e treinadas dia sim outro também para idolatrar, amar e admirar pessoas brancas sem distinção incluindo todas que seguem nos violentando desde o período escravocrata em que nossos ascendentes foram sequestrados e tragos à força para cá.

Artigo 3: A não expectativa de que haja uma melhoria nas condições de trabalho ou de que novas oportunidades sejam criadas para esses grupos explica o fenômeno do desalento. E mais uma vez, as jovens mulheres negras prevalecem nos indicadores do público que mais perdeu a esperança em encontrar trabalho.

Artigo 4: Como consequência da exclusão social, nós, povo preto, somos os mais atingidos pelos impactos dos eventos climáticos e os menos atendidos na fila por socorro. Isso é racismo ambiental.

Artigo 5: Aí nós negros nos pomos a pensar que não acabou, tem que acabar, queremos o fim da Polícia Militar, esse braço armado de manutenção do estado racista.

O artigo 2 aborda a decolonização do pensamento da sociedade brasileira, principalmente quando deixamos de homenagear os colonizadores e passamos a reverenciar figuras negras como Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus. O artigo 3 explora a temática de jovens negras dentro do mercado de trabalho e os impedimentos de conseguir uma colocação a partir do racismo. O artigo 4 é escrito pela deputada estadual e presidenta

da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia legislativa de Minas Gerais, Andreia de Jesus, denotando além de um olhar feminino negro, uma subjetividade de mulher que entende a coletividade negra dentro de um olhar político diário. Neste texto são trazidas as consequências do racismo ambiental para a população. O artigo 5 discute as possibilidades do fim do militarismo no Brasil, visto que a Polícia Militar se coloca como instrumento de uma necropolítica que mata corpos pretos diariamente.

Nas análises das mensagens dos textos acima, notamos um posicionamento sociopolítico bastante demarcado e uma consciência afro-diaspórica que deixa evidente questões sociais muitas vezes não trazidas pela mídia hegemônica. Notamos que não necessariamente o texto precisa estar em primeira pessoa para que emissor e mensagem se conectem. O texto seguinte também foi escrito pela deputada estadual Andreia de Jesus, trazendo esse olhar negro, feminino e institucional.

Artigo 6: As correntes do passado escravagista continuam se arrastando. Em pleno 2024, ainda temos sem-terra, sem pão e sem dignidade. [...] As políticas de exclusão social, editadas historicamente por vários governos, nos levaram à marginalização.

- Vamos juntos! Vamos precisar de todo mundo para que a discriminação social, o preconceito e o racismo sejam exterminados.

É possível perceber, no decorrer dos 41 artigos, o que demos o termo aqui de “chamamento para aquilombar-se”, ou seja, quando a autora chama, seja de forma direta ou indireta, a comunidade negra para agir, pensar e resistir. Inferimos também que essa chamada para se aquilombar, pode estar inerente ao ato de escrevivência. Este chamamento aparece no artigo 6, quando convoca a população negra e indígena a reivindicar direitos básicos. No trecho do artigo 7, as mulheres são chamadas a saírem de uma postura submissa diante da sociedade. No texto de número 12, equipara o sofrimento dos palestinos com a população negra, subjugada por um processo colonizatório.

Artigo 6: O Brasil não é para amadores. É daqueles que querem lutar contra este quadro desolador e transformar o país. E este papel político é nosso.

Artigo 7: À medida que nós, mulheres resolutivas, nos libertamos do ciclo de submissão e redefinimos nosso papel nas relações, criamos um ambiente mais sustentável e saudável para nós mesmas, e nos tornamos exemplo inspirador de resistência e autenticidade para aquelas que virão depois de nós.

Artigo 12 [...] nós população negra e pobre brasileira sofremos a mesma brutalidade da colonização que os palestinos sofrem há décadas, por isso é tão importante a solidariedade entre

os povos oprimidos e colonizados no mundo todo, contra o racismo e a xenofobia, contra a ação do imperialismo em todo o mundo.

Um outro conceito que inferimos estar bastante ligado à escrevivência, e pode ser percebida dentro do material analisado, é o de Dororidade. Pois, quando Piedade (2019) explica que a dor da mulher negra é vivida e compartilhada apenas por suas semelhantes, dialoga com uma vivência individual e coletiva a partir da dor. Essa dororidade pode ser percebida tanto em trechos escritos em primeira pessoa quanto a partir de evidências trazidas pelas fontes primárias. Os exemplos destacados abaixo indicam de forma mais incisiva esta narrativa da dor.

Artigo 3: A não expectativa de que haja uma melhoria nas condições de trabalho ou de que novas oportunidades sejam criadas para esses grupos explica o fenômeno do desalento. **E mais uma vez, as jovens mulheres negras prevalecem nos indicadores do público que mais perdeu a esperança em encontrar trabalho.** Desempregadas, elas se tornam mais propícias a assumir o trabalho doméstico não remunerado e os cuidados com pessoas - uma dinâmica reforçada por normas sociais que limitam ainda mais suas oportunidades econômicas.

Artigo 9: Nestes dias de festas me percebi tão reflexiva acerca da solidão da mulher negra. Estive com um número enorme de mulheres negras na última quinzena de dezembro e o que meus olhos viram foram inúmeras mulheres sós, com o olhar triste, sem brilho, apesar do sorriso no rosto. **Estes olhares me levaram a pensar como o racismo é muito mais perverso, muito mais pesado pra mulher negra.**

Artigo 10: O estudo ainda evidencia que 90% das mulheres que se tornaram mães solas entre 2012 e 2022 são pretas ou pardas. Aproximadamente 15% dos domicílios brasileiros têm como chefes mães que enfrentam a jornada solo. Essa proporção é mais expressiva nas regiões Norte e Nordeste do país. **E esses dados se tornam ainda mais preocupantes quando chegamos à informação de que 72,4% dessas mães residem apenas com seus filhos, sem contar com qualquer rede de apoio próxima.**

Podemos observar essa consciência de diáspora a partir dos trechos abaixo. Neles destacamos os termos: decolonizar, sistema colonial, num tempo que a voz do feminismo era completamente branca, cosmovisão africana, escravização e ancestralidade. O que depreende a ideia de uma visão ampla e afrocentrada sobre a situação da população negra no Brasil, bem como as suas pluralidades.

Artigo 2: Tudo isso constrói um senso comum de inferioridade coletiva e que negros e negras que fogem a essa dita regra são exceções. Eu só consegui perceber isso quando aprendi a **decolonizar** o meu olhar. E entender que a branquitude nos condiciona a uma cegueira inextinguível. Foi um olhar carinhoso pelo meu pai, minha mãe, avó, meus tios e tias que me deu essa compreensão. São todos lindos, inteligentes, batalhadores e, portanto, não condiz em nada com esse estereótipo de pessoas negras produzido e perpetuado ao longo dos anos.

Artigo 2: Vi que querem que acreditemos erroneamente que são exceções para podar na raiz a possibilidade de acreditarmos que é possível mudar esse **sistema colonial**.

Artigo 14: Ao longo dessas mais de quatro décadas, o MNU foi pioneiro na discussão do feminismo negro. Lélia Gonzalez, Neuza Maria Pereira, Vera Mara Teixeira e depois Luiza de Bairros, Angela Gomes e tantas outras colocaram em discussão as especificidades da vida das mulheres negras elaborando sobre a tríplice exploração que sofriam como trabalhadora, mulher e negra. **Num tempo que a voz do feminismo era completamente branca.**

Artigo 13: Aqui vai um ensinamento da **cosmovisão africana**: quando morre um ancião, uma biblioteca inteira se vai e quando morre uma árvore é como se perdêssemos uma floresta.

- A resistência negra no Brasil, população que passou pela **escravização** e todas as violências e adversidades que isso causa até hoje, só se explica pela força da **ancestralidade** na vida desse povo, representada pelo baobá.

Também destacamos trechos representativos de um olhar coletivo, mas com marcas interseccionais mais evidentes quando traz a causa indígena, trans, violência de gênero, machismo e etarismo. Marcamos os termos: povo Yanomami, cissexismo, a complicada relação entre masculinidades negras, racismo e machismo, mulheres negras violentadas e envelhecimento da população negra.

Artigo 7: A Salgueiro levou para a avenida o enredo “Hutukara”, que fala e nos ensina sobre a riqueza da cultura do **povo Yanomami**. Enquanto a Vila Isabel reeditou o enredo “Gbalá - Viagem ao Templo da Criação”, história fictícia baseada na cultura yorubá de que as crianças e sua pureza são a salvação da humanidade.

Artigo 8: Aqui falo do que sinto, da raiva ao ver tanta desonestidade para impedir o direito mais simples, o mais autêntico: o de existir em sua verdade. A forma como pessoas trans e travestis são privadas de reconhecimento social e direitos básicos de cidadania, fruto de um **cissexismo** - o neologismo usado para condensar duas ideias colonizadoras, em que uma opera enquanto norma governamental (cisgeneridade) e a segunda atua enquanto caráter de dominação, hierarquização e inclusão de diferença (sexismo). Estes dois conceitos vão agir sobre processos de exclusão sobre o corpo que escapa da crença de que o gênero de pessoas cisgêneras é, de alguma forma, mais legítimo que aquele de pessoas transgêneras.

Artigo 11: No turbilhão das redes sociais, no dia 13 de dezembro, Jef Delgado, fotógrafo paulistano, se defendeu das acusações de agressão feitas por sua ex-companheira, Madu, estilista e assessora comercial. **A complicada relação entre masculinidades negras, racismo e machismo** emerge como o centro desse polêmico debate, ultrapassando fronteiras virtuais e exigindo uma reflexão da comunidade negra.

Artigo 15: Volta e meia damos de cara com mulheres negras tendo suas vidas assoladas por esta interação mais do que perversa do machismo e do racismo, mas não só. [...] Em alguns casos nos deparamos com **mulheres negras violentadas**, humilhadas e torturadas por homens negros em suas relações afetivas e familiares. E nós não podemos nos furtar de encarar esta

questão, não podemos deixar para lá porque se trata de homens negros. [...] Nós temos que buscar, enquanto movimento negro e de mulheres negras, uma forma de contribuirmos para desmanchar este não caminho nas nossas relações.

Apesar de considerarmos a escrevivência como desempenhada exclusivamente por mulheres, comparamos brevemente os artigos escritos pelos homens. Como mencionado anteriormente, a editoria O Quilombo apresenta variabilidade de autores menor em comparação com as mulheres. O Quadro 2 apresenta somente os artigos que utilizamos para exemplificação do *corpus* total de análise:

Quadro 2: Artigos escritos por homens no *Alma Preta Jornalismo* em 2023/2024

Número	Data	Título	Autores
1	30/06/2024	Conheça o babalorixá Thales, religioso que usa a internet para educar sobre respeito às crenças	Felipe Ruffino
2	29/06/2024	Descriminalização da maconha não é suficiente para dar fim a desigualdade racial	Felipe Ruffino
3	23/06/2024	Fraudes em autodeclaração racial nas universidades afrontam luta contra o racismo	Felipe Ruffino
4	04/06/2024	Imagina se legaliza?: extrema-direita se beneficia do crime e da criminalização em nome da 'família'	Dudu Ribeiro
5	02/06/2024	Racismo no Movimento LGBTQ+: a luta contra discriminação não pode excluir ninguém	Felipe Ruffino
6	26/05/2024	Racismo religioso e o embranquecimento dos Orixás: uma reflexão sobre questões raciais	Felipe Ruffino
7	28/04/2024	Vidas Negras e LGBTQAPN+: muito além de objetos sexuais e estatísticas de violência	Felipe Ruffino

Fonte: Elaboração própria.

De 38 textos, 26 foram escritos pelo mesmo autor. Isso denota uma menor pluralidade de olhares para os tópicos inerentes à população negra. No entanto, a abordagem temática é bastante variada, sendo possível perceber em subjetividade demarcadores étnicos e algumas interseccionalidades. Um exemplo é a abordagem sobre o racismo religioso e o embranquecimento de entidades de religiões de matriz africana.

Artigo 1: A intolerância religiosa não apenas ameaça a harmonia social, mas também priva a sociedade das riquezas culturais e espirituais que cada fé tem a oferecer. Lidar com a intolerância religiosa requer um esforço conjunto de líderes religiosos, educadores, e membros da comunidade. Thales acredita que a educação é uma ferramenta poderosa para combater o ódio e a ignorância.

Artigo 6: O racismo religioso e o embranquecimento dos orixás são fenômenos profundamente enraizados na sociedade brasileira, refletindo um legado colonial que perpetua a marginalização das religiões de matriz africana e de seus seguidores.

Os textos, igualmente aos das mulheres, tratam de questões sociopolíticas, trazendo, para o leitor, reflexões mais subjetivas sobre a realidade brasileira, a partir de pautas como descriminalização da maconha, cotas raciais e violência policial contra negros.

Artigo 2: A descriminalização da maconha pode ser vista como um passo inicial para aliviar a superlotação do sistema penitenciário.

Artigo 3: Para combater esse problema, é crucial que instituições educacionais e órgãos governamentais adotem medidas rigorosas para checar a veracidade das autodeclarações étnico-raciais. Isso inclui auditorias periódicas, cruzamento de dados e a implementação de políticas que desencorajem e punam fraudes. Além disso, é fundamental promover um debate aberto sobre identidade racial e privilégio, aumentando a conscientização sobre os impactos negativos das falsas declarações.

Artigo 2: Na outra ponta, requestrar a criminalização da pessoa que faz uso de substâncias tornadas ilícitas é não deixar apagar a guerra racial brasileira. As medidas serão, como as que já existem o são, inócuas para afetar o consumo protegido de drogas – um benefício gozado apenas por grande parte das pessoas brancas que vivem nas cidades. Mesmo o comércio movimentado por essas pessoas é protegido, não armado, altamente rentável, dando-lhes oportunidade até de processar, embalar e vender altas quantidades de drogas. Este é, sim, mais um capítulo do massacre racial. Quem as forças de segurança alcançarão quando aplicarem esta medida?

As interseccionalidades, como relações de gênero e sexualidade, também são pontos de discussões e de violências que surgem entre os indivíduos plurais da comunidade negra. Seguem trechos e termos destacados:

Artigo 4: As mudanças propostas ignoram a realidade vivida por essas mulheres e meninas. O Brasil já enfrenta uma alta taxa de gravidez na adolescência e a restrição do direito ao aborto seguro pode aumentar ainda mais essa estatística, afetando particularmente meninas negras que são desproporcionalmente vítimas de violência sexual.

Artigo 5: Dentro do movimento LGBTQ+, a luta pela igualdade e aceitação é uma batalha constante. No entanto, há uma realidade desconfortável que precisa ser abordada: o racismo dentro da própria comunidade LGBTQ+. Muitas vezes, indivíduos que combatem a LGBTQ+fobia

acabam perpetuando o racismo, demonstrando como o preconceito pode ser multifacetado e interligado. A presença e a contribuição de pessoas negras são fundamentais para combater o racismo e promover uma verdadeira inclusão.

Artigo 7: Homens negros e LGBTQIAPN+ frequentemente se encontram em uma encruzilhada de discriminação, enfrentando o peso do preconceito racial e da homofobia em uma sociedade que muitas vezes os marginaliza duplamente. E em São Paulo, essa realidade é ainda mais evidente.

Em linhas gerais, é possível notar que, entre homens e mulheres, a preocupação com questões sociopolíticas que afetam a população negra é genuína. Um olhar para tais temáticas cumpre um papel contra-hegemônico, além de promover o letramento racial para o leitor. É importante destacar que, apesar de desempenhar esse papel, o *Alma Preta Jornalismo* é um veículo sediado em São Paulo (SP) e, portanto, os recortes temáticos são majoritariamente sudestinos.

A editoria O Quilombo é identificada, neste estudo, como um objeto de fronteira pela prática da escrevivência de suas autoras, trazidas para o jornalismo, quando propõem pensar o corpo como texto, evocando a fala como lugar, como forma de resistência e afirmação de identidades com potencial de efeito multiplicador. Esse potencial se infere pelo “chamamento para o aquilombamento” em todas as subjetividades textuais. Nesse caso, por se tratar de um material produzido em um ambiente nativamente digital, o aquilombamento observado pode ser chamado de aquilombamento digital, ao convidar o leitor a pensar sobre a consciência afrodiaspórica e agir contra as impunidades e refletir sobre a dororidade, as injustiças e as desigualdades enraizadas historicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender como, e até que ponto, o conceito de fronteira em expansão — como representação e identidade — se manifesta nos produtos jornalísticos do APJ, particularmente na editoria O Quilombo. Um dos principais achados foi a identificação de marcadores de escrevivência, aquilombamento e subjetividades textuais presentes nos temas que envolvem a população negra, abordados em cada material produzido. A partir da análise do *corpus*, encontramos evidências de aprofundamento de pautas pelas escolhas narrativas, vivências e contextos, além da visibilidade de temáticas marginalizadas pelas mídias hegemônicas, como casos de violência policial e a legalização do aborto.

A escrevivência, praticada por diversas mulheres negras além de Conceição Evaristo, revela, de forma sensível e forte, culturas, dores e saberes ancestrais da população negra. Nessa perspectiva, o resultado do estudo identificou **a prática de escrevivência acontece nos textos escritos por mulheres, pois todos trouxeram narrativas que honram experiências coletivas e individuais. As narrativas apresentam subjetividades textuais** demonstrando que somente pessoas negras podem vivenciar e compreender essa realidade, tornando o jornalismo negro um espaço de diálogo e resistência. Esses espaços de fala confrontam o fazer jornalístico hegemônico sem perder o caráter informacional que o jornalismo precisa buscar. Além disso, esse tipo de narrativa mostra que investir nestes espaços é utilizar o jornalismo negro como ferramenta de construção da consciência diaspórica de uma comunidade.

Se pensarmos que o jornalismo antirracista feito pelo APJ é composto por comunicadores negros e a editoria O Quilombo traz como proposta disponibilizar um espaço de reflexão sobre temáticas atuais, não seria essa uma forma de aquilombar-se? Com este estudo, concluímos que sim. E foi possível compreender que o jornalismo negro entra nas subjetividades dos assuntos com o potencial de acessar suas próprias vivências. É então que a escrevivência literária se aplica neste contexto, rompendo com os cânones da neutralidade jornalística e afastando antagonismos entre objetividade *versus* subjetividade. Nesse sentido, ao abrir espaço para o tensionamento dos limites da atividade jornalística, a APJ atua como trabalho de fronteira e *O Quilombo* o seu produto, a materialização, o objeto de fronteira.

Este trabalho demonstra, com bases empíricas, que a articulação entre a perspectiva de fronteira em expansão - enquanto representação e identidade - e a prática política da escrevivência é um caminho teórico-metodológico promissor para estudos sobre o jornalismo independente em interfaces digitais. No futuro, espera-se que novas pesquisas possam continuar a explorar essas fronteiras, dando espaço para vozes silenciadas e construindo, assim, uma mídia mais plural e inclusiva, bem como seja expandido os estudos sobre tantos outros jornalismo negros sob as mais variadas perspectivas de análise.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. *Matrizes*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 73-88, 2008. Doi: 10.11606/issn.1982-8160.v1i2p73-88.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Edições 70, 2021.

CARLSON, Matt. Boundary work. **The International Encyclopedia of Journalism Studies**, 2019. Doi: 10.1002/9781118841570.iej0035.

CARLSON, Matt; LEWIS, Seth. (ed.). **Boundaries of Journalism: professionalism, practices and participation**. New York: Routledge, 2015.

ERVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza; SCHNEIDER, Liane. (org.). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade, diáspora**. João Pessoa: Ideia, 2005, p. 201-212. Disponível em: <https://www.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/letras-1/mulheres-no-mundo-etnia-marginalidade-e-diaspora-2a-edicao/vol-05-mulheres-no-mundo-final.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2025.

EVARISTO, Conceição. Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6160270.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GIERYN, Thomas. Boundary-work and the demarcation of science from non-science: Strains and interests in professional ideologies of scientists. **American Sociological Review**, Washington, v. 48, n. 6, p. 781-795, 1983. Doi: 10.2307/2095325.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

HARCUP, Tony. **What's the point of News? A study in ethical journalism**. Cham, Switzerland: Palgrave, 2020.

JOHNSON, Telma Sueli Pinto; AVELAR, Samara Sales de. A desconstrução da desinformação científica na comunicação pública transnacional: uma análise da BBC News Brasil e DW Brasil. **Paulus**, v. 7, n. 14, p. 66-82, 2023. Doi: 10.31657/qvsdmx91.

LEWIS, Seth. Epilogue - Studying the boundaries of journalism: Where do we go from here? In: CARLSON, Matt; LEWIS, Seth. (ed.). **Boundaries of Journalism: professionalism, practices and participation**. New York: Routledge, 2015, p. 218-228.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo como forma de conhecimento. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 25-38, 2012. Doi: 10.1590/rbcc.v21i1.956.

MORAES, Fabiana. Sobre que militantes engajados estão falando: Um olhar sobre a imprensa comercial brasileira e o posicionamento como estratégia jornalística. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 19, n. 3, e1609, 2023. Doi: 10.25200/BJR.v19n3.2023.1609.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

PAIM, Luciane de Lima. **Ancestralidade e memória nas escrituras de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo: o elo entre passado e presente nas narrativas**. 2023. Tese (Doutorado em Estudos Literários) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/29265>. Acesso em: 27 jan. 2024.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/508622277/Dororidade-Vilma-Piedade>. Acesso em: 27 jan. 2024.

RIESCH, Hauke. Theorizing Boundary work as representation and identity. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 452-473, 2010. Doi: 10.1111/j.1468-5914.2010.00441.x.

STAR, Susan Leigh; GRIESEMER, James. Institutional Ecology, 'Translations' and Boundary Objects: Amateurs and Professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology, 1907-39. **Social Studies of Science**, New York, v. 19, n. 3, p. 387-420, 1989. Disponível em: https://lchc.ucsd.edu/mca/Mail/xmcamail.2012_09.dir/pdfuaCxVBhVe5.pdf. Acesso em: 7 nov. 2025.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão; PORFÍRIO, Lucas. É preciso nomear Ricardo: Jornalismo, história de vida e escritura. **Novos Olhares**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 27-41, 2021. Doi: 10.11606/issn.2238-7714.no.2021.169709.

SOBRE AS AUTORAS

MARINA LOPES DE SOUZA é doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), na linha de pesquisa Processos Comunicacionais e Interfaces Sociais. É bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e seus interesses de pesquisa estão focados em relações étnico-raciais, jornalismo negro contra-hegemônico e corporalidades. E-mail: lopes.marina@estudante.ufjf.br

TELMA SUELI PINTO JOHNSON é docente permanente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora em Comunicação e Sociabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestra em Jornalismo Digital pela Southern Illinois University (SIU-EUA). Pós-doutora pela Universidade da Beira Interior (UBI/PT), é líder do grupo de pesquisa Comunicação, Identidade e Cidadania (CNPq/UFJF),

atuando na comunicação digital, comunicação política, movimentos sociais e métodos digitais. E-mail: telma.johnson@ufjf.br

Artigo recebido em: 16 de agosto de 2025.

Artigo aceito em: 28 de outubro de 2025.